

CIBEC/INEP



B0026133

MODERNOS DA
TV ESCOLA



500 ANOS

UM NOVO MUNDO NA TV

2

BRASIL COLÔNIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

046.9.036

G958q

v.2



ESTE CADERNO COMPLEMENTA A SÉRIE DE VÍDEOS DA TV ESCOLA

500 ANOS

UM NOVO MUNDO NA TV

2

BRASIL COLÔNIA

Isabel Guillen & Sylvia Couceiro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

N. 1/2001

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretário de Educação a Distância

Pedro Paulo Poppovic

Secretaria de Educação a Distância

Cadernos da TV Escola

Diretor de Produção e Divulgação

José Roberto Neffa Sadek

Coordenação Geral

Vera Maria Arantes

Projeto

Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)

Projeto e Execução Editorial

Elzira Arantes (texto) e Alex Funni (arte)

Capa

Detalhe de ilustração de Roque Gameiro. em *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto. Litografia Nacional, 1923.

© 2001 Secretaria de Educação a Distância/MEC

Tiragem: 110 mil exemplares

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou utilizada de qualquer forma ou por qualquer meio. eletrônico ou mecânico, sem autorização expressa, solicitada via carta ou fax

Ministério da Educação

Secretaria de Educação a Distância

Esplanada dos Ministérios. Bloco L. Sala 100 CEP 70047-900

Caixa Postal 9659 - CEP 70001-970 - Brasília, DF - Fax: (0XX61) 410 91 58

E-mail: seed@seed.mec.gov.br

Internet <http://www.mec.gov.br/seed/tvescola>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GUILLÉN, Isabel

500 Anos Um novo mundo na TV./ Isabel Guillén. Sílvia Couceiro.-/

Brasília : MEC . Secretaria de Educação a Distância. 2001

64 p. 2v.: il. - (Cadernos da TV Escola 1. ISSN 1518-5915)

Conteúdo: v.2. Brasil-Colônia

1. História do Brasil. 2. Brasil Colônia

I. Título, II. Sílvia Couceiro

CDU 946.9.036

SUMÁRIO

Brasil Colônia

Dos grilhões ao quilombo

5

A conquista da terra e da gente

15

Entre a fé e a espada

27

Fausto e pobreza das minas

39

Segredos da Inconfidência

51

Fontes das ilustrações

63

DOS GRILHÕES AO QUILOMBO

Novos estudos sobre o escravismo têm procurado mostrar que os escravos não eram simples 'coisas' (apesar de serem uma mercadoria valiosa), mas pessoas que não perderam sua condição de sujeitos na dinâmica da sociedade colonial. É praticamente impossível determinar a quantidade de escravos negros gradativamente introduzidos na colônia para substituir a mão-de-obra indígena. Com certeza, milhões.

Em todas as regiões do Brasil, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, eram encontrados escravos negros: nas plantações de açúcar, fumo, algodão e café, prestando os mais diversos serviços domésticos nas residências, ou mesmo trabalhando no espaço urbano como os conhecidos 'negros de ganho'. Estavam presentes também nos garimpos de ouro e diamantes na região de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

É impossível pensar a história do Brasil colonial sem considerar a importância dos escravos - não apenas enquanto mão-de-obra, ou nas contribuições étnicas para a cultura brasileira, mas fundamentalmente enquanto ser humano.

A sociedade colonial é eminentemente escravista e todas as relações socioculturais são permeadas por essa característica. No entanto, não podemos deixar de considerar, que mesmo escravizados, esses homens nem por isso perdiam sua interioridade.

Ser escravo

Ser escravo no Brasil pressupunha uma trajetória individual que vale a pena abordar com os alunos. A vida de escravo quase sempre começava na África, com a captura, e continuava no transporte no navio negreiro, em condições marcadas pela violência e pela brutalidade.

O escravo era arrancado de suas relações sociais; todos seus laços de socialização, com os familiares e o clã, eram desfeitos.

No Brasil, os africanos ficavam isolados, em um mundo cuja língua não entendiam e com poucas chances de estabelecer, de imediato, redes de solidariedade com os demais escravos - por motivo de segurança, os senhores tinham como prática impedir a convivência de escravos da mesma etnia.

Na situação de venda, nos mercados, eram tratados de fato como mercadoria. A condição mercantil os colocava diante da permanente possibilidade de venda no tráfico interno: nunca sabiam se o lugar para onde os destinavam seria permanente, ou se seriam novamente vendidos. Isto também dificultava o estabelecimento de relações entre os próprios negros.

Aos escravos, portanto, não se apresentavam muitas escolhas. Seu ajustamento ao novo ambiente dependia da forma como respondesse às exigências das normas ditadas por seu amo e senhor, e sua inserção na sociedade dependia de um mínimo de aceitação, ou adaptação, à nova condição.

Segundo Kátia Mattoso (1982), a sociedade branca esperava desse homem escravizado fidelidade, obediência e humildade: "Essas três qualidades especiais conformam a personalidade do *bom escravo*". A aparente aceitação dessas normas não significava que não houvesse resistências ou conflitos internos. No entanto, mesmo em meio ao horror que vivenciavam, eles pre-

cisavam tentar sobreviver. Os que não se adaptavam a essas exigências e não conseguiam se estruturar internamente na condição escrava provavelmente morriam.

Pode-se imaginar o tamanho do desespero, da depressão e da insegurança que acometiam muitos escravos, levando-os inclusive à morte pelo tão conhecido 'banzo'. Isso sem falar no suicídio, no infanticídio e nos abortos.



O colar de ferro, castigo dos fugitivos

Os que sobreviviam precisavam se adaptar às duras condições de trabalho, às longas jornadas, à alimentação precária, aos maus tratos e castigos. Essas eram as condições objetivas em que viviam. Com elas, e com as limitações subjetivas enumeradas anteriormente, o escravo buscava, ou não, meios de se adaptar a esse novo mundo. As regras básicas de sobrevivência implicavam trabalhar e obedecer. Não necessariamente sem resistência.

Uma história da resistência escrava

Apesar de ser um lugar-comum, nunca é demais repetir: onde houve escravidão, houve resistência, como comentam Reis & Gomes (1996):

Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente.

Essas formas de resistência não ficavam impunes. Os castigos infligidos aos escravos chegavam a requintes de crueldade. Podiam ser acorrentados, postos nos troncos e chicoteados, ou até mesmo sofrer mutilações e a imposição de marcas de ferro em brasa.

O medo não era exclusividade do negro escravizado. Ao contrário, estava presente em todas as camadas da sociedade colonial. Os senhores, por sua vez, temiam possíveis agressões físicas - é importante lembrar os assassinatos de feitores e senhores -, e também tremiam diante das forças misteriosas que acreditavam ser dominadas pelos negros.

Eram muito comuns as acusações a escravos por envenenamento com ervas que eles conheciam, e que eram capazes de provocar a morte. Os senhores receavam sobretudo os feitiços, a magia e os maus-olhados, temendo que a força desses encantamentos provocasse doenças ou a morte, tal qual os venenos.

As formas de resistência eram, portanto, muitas e variadas. A fuga aparece como uma das mais típicas e, de acordo com muitos historiadores, inerente à escravidão. A fuga tanto podia ser individual como coletiva. As cidades apareciam como um dos possíveis refúgios, pois nelas os escravos podiam passar despercebidos, misturando-se aos libertos. Em outros casos fugiam para a mata e formavam as comunidades que ficaram conhecidas como quilombos.

Quilombo, palavra de origem banto, designava as Povoações construídas nas matas pelos negros fugidos. Essas comunidades também eram conhecidas como mocambos, palavra do quimbundo que significa 'esconderijo'.

Quilombos e quilombolas

Os quilombos marcaram presença em todos os lugares da América em que houve escravidão, com grande diversidade de características em termos de proporção, duração e até mesmo da composição étnica de seus habitantes. Há notícias de quilombos por todo o Nordeste açucareiro, sendo que o mais conhecido foi o de Palmares. Mas também foram encontrados na região das Minas Gerais, em Mato Grosso, no Grão-Pará e até mesmo no Rio Grande do Sul.

O que representaram os quilombos? Podemos classificá-los como uma reação ao sistema escravista? Entendê-los como uma tentativa de reconstruir o modo de vida africano? Ou simplesmente como uma forma de protesto contra as condições impostas?

Segundo Kátia Mattoso (1982), os quilombos são tudo isso ao mesmo tempo. No entanto, não eram fruto de um plano premeditado, que visasse contestar a sociedade colonial. Surgiam espontaneamente, em geral em áreas de difícil acesso, longe de cidades, estradas e plantações. Mas isso não significa que os quilombolas vivessem isolados, sem contato com o restante da sociedade.

A população dos quilombos era diversificada, sendo que muitos abrigavam índios, mulatos e brancos livres, ou negros forros. Para ali se dirigiam aqueles que não encontravam na sociedade colonial um espaço no qual transitar com certo grau de liberdade: desde criminosos até os que buscavam o quilombo por falta de ocupação profissional.

Uma volta à Mãe África?

Muito se tem escrito sobre os quilombos, como se sua organização fosse a recriação do mundo africano. Estudiosos como Edson Carneiro e Arthur Ramos entendiam o quilombo como uma resistência à aculturação européia a que os escravos eram subme-

tidos. Nesse sentido, viam o quilombo de Palmares quase como um verdadeiro Estado africano, no qual se tentaria recriar uma espécie de sociedade alternativa, isolada, em que todos seriam livres e possivelmente iguais, tal como teriam sido em uma África em tudo idealizada. Mas essa representação da África como uma unidade não passa de romantismo.

Atualmente os estudiosos se empenham em entender a complexa rede estabelecida entre os quilombolas e os diversos grupos da sociedade com quem os fugitivos mantinham relações. Acima de tudo, é importante discutir a idéia de que os quilombolas vivessem isolados em uma 'pequena África'.

O próprio continente africano dificilmente pode ser visto como um todo homogêneo, pois é constituído por um grande número de etnias, com costumes em tudo diversos, da língua à religião, passando pela organização social e política. O mesmo pode ser dito dos quilombos.

A língua falada nos quilombos provavelmente utilizava a estrutura do português, misturada com formas africanas e indígenas - haveria uma espécie de sincretismo lingüístico. Em relação à religião, sabe-se que em Palmares conviviam diversos cultos, do católico aos das mais variadas crenças africanas, além de elementos da religiosidade indígena.

A população não se resumia a negros africanos. A presença de índios nos quilombos era significativa, e em muitos casos eles transmitiram aos negros os conhecimentos necessários para a subsistência na mata. Os africanos que viviam nos quilombos, por sua vez, procediam de diversas etnias. Nesse sentido, no quilombo conviviam costumes africanos de etnias variadas, obrigadas a se relacionar mutuamente no novo mundo.

As observações de Reis & Gomes (1996) se contrapõem à visão idealizada do quilombo como uma volta à África, pois para esses autores "seria mais frutífero investigar

como os quilombolas continuavam em seus refúgios, com ritmos e meios diferentes, a formação de uma sociedade afro-brasileira que havia começado nas senzalas".

A formação de quilombos perpassa toda a história social do Brasil colonial, e a experiência neles forjada revela um pouco da feição multiétnica da sociedade brasileira.

O quilombo de Palmares

Palmares foi o mais emblemático dos quilombos coloniais. Localizava-se na serra da Barriga, região hoje pertencente ao estado de Alagoas; mas, à medida que sua população cresceu, foi se expandindo pelas adjacências, formando diversos núcleos de povoamento.

Os maiores e mais conhecidos povoados distribuídos pelo extenso território foram os do Macaco, centro político do quilombo, com aproximadamente 1.500 casas; o de Subupira, que centralizava as atividades militares, com oitocentas cabanas; o de Zumbi; e o de Tabocas, entre outros.

Não se pode afirmar com exatidão o número de habitantes de Palmares, pois a população variava de acordo com as circunstâncias do momento. Segundo estimativas de alguns historiadores, chegou em 1670 a cerca de 20 mil habitantes.

Os moradores sobreviviam de caça, pesca, coleta de frutas - como manga, jaca, laranja, abacate e outras -, além de plantar feijão, milho, mandioca, banana e cana-de-açúcar. O setor artesanal era desenvolvido: artífices dos mais variados ofícios produziam cestas, tecidos, potes de argila, instrumentos musicais e outros objetos de uso cotidiano. Os excedentes eram negociados com as populações vizinhas, em troca de artigos que não podiam ser produzidos localmente. Isso demonstra que o quilombo não estava isolado

do restante da sociedade, vinculando-se a ela inclusive por laços comerciais. Também no quilombo era fabricado todo o material bélico necessário a sua defesa - facas, lanças, arcos, flechas etc.

Pouco se sabe a respeito da organização política de Palmares. Seus chefes políticos seriam reis? Que poder exerceriam sobre seus comandados? O sistema seria uma monarquia ou uma república?

Sabe-se que o sistema palmarino em nada se assemelhava à república que se conhece hoje, e tampouco se parecia com as monarquias européias. Seria arriscado tentar enquadrar nesses modelos o que se vivenciou naquela sociedade tão plural. É incontestável que havia uma forma muito peculiar de organização, suficiente para resistir aos constantes ataques empreendidos pelos governos para desbaratar o quilombo.

Foram necessárias cerca de dezoito expedições, organizadas desde o período holandês, para derrotar definitivamente o quilombo de Palmares. A última delas, comandada pelo experiente bandeirante Domingos Jorge Velho, contou com um contingente aproximado de 6 mil homens, bem armados e municiados, revelando o esforço das autoridades em conter a rebelião escrava. Nesse sentido, Palmares também figura como paradigmático do medo que os senhores tinham das fugas e rebeliões. Não seria exagero afirmar que, em alguns momentos, Palmares colocou em pânico as autoridades metropolitanas, pois de fato constituía uma ameaça ao funcionamento do sistema colonial.

A longa resistência ao poder colonial originou verdadeiras contendas intelectuais e ideológicas. Contribuíram para a mitificação de Palmares os fatos de agregar uma população de número considerável para os padrões coloniais e impor resistência aos ataques oficiais por quase um século, além do medo que inspirava nos senhores. Desde o movimento abolicionista até os movimentos negros contemporâneos, Palmares foi objeto

de intensa discussão e investimento simbólico, transformando-se em um modelo paradigmático da resistência negra contra a escravidão.

Esse acontecimento histórico foi muitas vezes interpretado em função de necessidades ideológicas, ou de esquemas de interpretação histórica. Mas é mais importante levar os alunos a pensar nele em termos dos valores dos sujeitos que viveram naquele período, e não apenas dos significados que lhe foram atribuídos.

Sem dúvida, a história construída pelos negros escravos brasileiros foi, sobretudo, a história da luta pela liberdade. **Mas** nem por isso precisamos transformá-la em uma epopéia, ou em um mito, pois isto distancia muito esses homens de nós mesmos. Conforme afirmaram Reis & Gomes (1996):

Dizer que os quilombolas foram heróis é pouco, pois diminui a riqueza de sua experiência. Que sejam celebrados como heróis da liberdade [...], mas celebremos [...] a luta de homens e mulheres que para viver a liberdade nem sempre puderam se comportar com as certezas e a coerência normalmente atribuídas aos heróis.

Sugestão de atividades

1. Organize a classe em equipes de trabalho e proponha a discussão de temas relacionados com a escravidão, tais como:

- o tráfico negreiro e a viagem para o Brasil;
- a vida cotidiana do escravo das grandes plantações (alimentação, vestuário, trabalho, família etc);
- a vida dos escravos nas cidades;
- o trabalho dos escravos nas minas;
- castigos e resistências cotidianas;

- resistências coletivas, como quilombos e rebeliões.

Os próprios alunos podem sugerir outros temas. Após a discussão e o desenvolvimento dos temas, o resultado poderá compor um mural ou um painel sobre a escravidão.

2. Proponha aos alunos que pesquisem a presença e a participação dos negros na história de sua cidade.
3. Peça para os alunos negros pesquisarem a vida da própria família. A partir de entrevistas e conversas com os avós ou pessoas mais idosas podem levantar fatos e episódios envolvendo seus antepassados e depois apresentar suas conclusões para discutir com todo o grupo.

Bibliografia

CARNEIRO, Edson. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo, Nacional, 1958.

FREITAS, Décio. *Palmares. A guerra dos escravos*. Porto Alegre, Movimento, 1973.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MOURA, Clovis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

—. *Rebeliões da senzala*. Zumbi, 1959.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Filmografia

Quilombo, de Cacá Diegues, 1983.

Ganga Zumba, de Cacá Diegues, 1963.

A CONQUISTA DA TERRA E DA GENTE



colonização portuguesa do Brasil foi feita, em grande medida, com base na escravidão indígena. Os colonos que avançavam pelo interior do país eram motivados principalmente pela busca de índios para escravizar. A mão-de-obra indígena sustentou por dois séculos toda a economia paulista e, mesmo nos engenhos, ela não se restringiu aos anos iniciais.

Apesar de tudo, na história oficial do Brasil ocorreu um processo em que os índios se tornaram quase invisíveis, aparecendo muito pouco nas páginas dos livros didáticos. Como bem enfatizou o historiador John Manuel Monteiro (1995), referindo-se mais especificamente à experiência das missões guaraníticas:

[...] freqüentemente projetados no papel do dócil e regrado discípulo dos missionários jesuítas ou da infeliz vítima dos sanguinários bandeirantes, os guarani da historiografia vigente encontram-se, por assim dizer, entre a cruz e a espada. Em contrapartida, longe de serem as inermes vítimas [...]. os guarani desenvolveram estratégias próprias que visavam não apenas a mera sobrevivência mas, também, a permanente recriação de sua identidade e de seu modo de ser, frente a condições progressivamente adversas.

Essa análise pode ser estendida para muitos outros grupos indígenas, mas aqui nosso objetivo é discutir a história das missões guaraníticas no sul do Brasil.

Missões e reduções. O termo 'redução', mais frequentemente utilizado pela colonização espanhola, se relaciona com a noção de que os índios precisariam ser 'reduzidos' à obediência das leis dignas de uma sociedade cristã, o que significava convertê-los à fé católica. Para isso, eram reunidos em aldeamentos, conhecidos como missões, ou reduções. Vivendo sob a autoridade dos padres, os índios passavam por um processo de reestruturação sociocultural. Não é possível identificar um modelo homogêneo nas formas de organização, pois cada uma das regiões apresentava suas características próprias.

O aproveitamento da mão-de-obra indígena era motivo de intenso debate no Brasil Colônia. A própria Coroa portuguesa não tinha um posicionamento muito firme em relação à escravização desses povos. A ambigüidade permeou toda a política indigenista metropolitana, reflexo principalmente dos diferentes interesses envolvidos pela questão.

Enquanto a metrópole queria inserir os índios como participantes no processo de povoamento das novas terras, os colonos queriam utilizá-los apenas como escravos e os jesuítas, por sua vez, visavam sua conversão à fé católica - utilizando sua mão-de-obra, mas defendendo, de modo geral, uma política de proteção aos índios. É desse embate, que permeia todo o século XVI, que surgiram aos poucos as missões.

As missões

Localizadas preferencialmente no sertão, em regiões afastadas dos núcleos populacionais e o mais longe possível de ataques dos colonos, as missões iniciaram o processo de aculturação dos índios, tendo por resultado a desintegração de suas sociedades.

Qual a posição dos índios diante desse movimento avassalador dos homens brancos? A grande maioria morreu nos primeiros contatos, pois doenças como o sarampo e a varíola causaram verdadeira depopulação, matando milhares de índios em pouco tempo. Alguns se converteram ao catolicismo e viviam nas missões ou em aldeias, em uma convivência eivada de ambigüidades, mescla de acomodação e resistência ao domínio jesuítico. Outros, por sua vez, resistiram tenazmente à escravização, à tomada de suas terras e até mesmo à conversão.

Muitas guerras envolvendo diferentes tribos indígenas e colonos permeiam a história do Brasil colonial. Essas guerras e lutas permanecem envoltas em silêncio, como se seu significado para a história fosse secundário.

Guerras indígenas coloniais

- Guerra ou Confederação dos Tamoios. **Rio de Janeiro e São Paulo, entre 1555 e 1567.**
- Guerra dos Aimoré. **Bahia, 1555-1673.**
- Guerra dos Potiguara. **Paraíba e Rio Grande do Norte, 1586-1599.**
- Levante Tupinambá. **Pará, 1617-1621.**
- Guerra dos Bárbaros ou Confederação Cariri. **Sertão do Ceará e Pernambuco, 1686-1692.**
- Guerra dos Manau. **Amazonas, 1723-1728.**
- Resistência **Guaikuru. Mato Grosso, 1725-1744.**
- Guerrilha Mura. **Amazonas, se prolongou por todo o século XVIII.**
- Guerra Guaranítica. **Rio Grande do Sul, 1753-1756.**

As bandeiras e o apresamento indígena

A colonização de São Paulo dependeu desde seu início da mão-de-obra indígena. As expedições paulistas

para apresar índios se avolumaram no início do século XVII, quando deixaram de buscar índios pelas proximidades para concentrar suas atividades principalmente no Guairá, região do oeste paranaense.

Por essa ocasião, os jesuítas começavam a levantar as primeiras missões nessa região, e em torno de 1620 tinham já fundado quinze delas. No princípio os paulistas não se preocuparam com as atividades dos jesuítas, pois podiam encontrar índios em número suficiente em suas aldeias. Mas, à medida que aumentou a população indígena das missões, estas passaram a atrair ataques diretos dos paulistas.

Expedição do Coronel Botelho, 1768-73



A expedição comandada em 1628 por Antônio Raposo Tavares ficou na história - não apenas pelos milhares de índios capturados, mas principalmente pela violência empregada nos ataques e no tratamento aos prisioneiros. Não faltam descrições da crueldade com que os bandeirantes matavam velhos e crianças que retardavam a marcha dos cativos.

Por volta de 1632, grande parte das aldeias

Guarani e todas as reduções do Guairá tinham sido destruídas pelas sucessivas invasões dos bandeirantes. Diante da devastação, jesuítas e índios foram se deslocando, tanto para o oeste quanto para o sul, fundando novas reduções, localizadas na região de Itatim, hoje no Paraguai, e Tape, no Rio Grande do Sul.

Após 1640 o apresamento dos Guarani pelos paulistas se tornou mais difícil. Contribuiu para isto o fato de os jesuítas conseguirem do papa uma condenação formal às atividades presadoras - embora isso não bastasse, evidentemente, para conter os bandeirantes.

Ao mesmo tempo, índios e jesuítas reorganizaram a defesa das missões, concentrando-a em locais de difícil acesso e impedindo a aproximação dos paulistas. Foi de fato a resistência indígena que deteve os ataques dos bandeirantes que, a partir daquele momento, passaram a enfrentar importantes reveses. Em 1641, a derrota da bandeira de Jerônimo Pedroso de Barros pelos indígenas, em Mbororé, é um marco desse processo.

A história das missões guaraníticas não se circunscreve ao Brasil. Elas também foram significativas para a história da Argentina e do Paraguai. As ruínas das missões localizadas no Paraguai, assim como as de Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, foram declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

A vida nas missões guaraníticas

Em um primeiro momento, índios e jesuítas erguiam os edifícios básicos para o funcionamento da missão e logo davam início às atividades agrícolas e pastoris, para prover o sustento de uma população bem numerosa para os padrões da época. Algumas missões chegaram a ter milhares de habitantes, o que

implicava às vezes a formação de novos núcleos. Em certos casos, a população era superior ou equivalente à dos maiores centros urbanos da região, como Assunção ou Corrientes.

O trabalho nas missões era essencialmente comunitário. Não havia a propriedade das terras, que eram divididas em duas porções básicas: uma sob administração dos jesuítas e outra distribuída entre todos os índios pelos caciques. Esta última área se chamava *Abambaé*, ou seja, 'a coisa do homem' - a origem dessa organização residia na economia tribal, na qual os índios proviam seu sustento, mediante o cultivo com trabalho familiar.

O *Tupambaé*, isto é, 'a coisa de Tupã, ou Deus', era um conjunto de bens e empresas geridos pela comunidade, sob supervisão dos jesuítas. O trabalho era coletivo, dedicado ao plantio de erva-mate, algodão ou trigo, criação de gado e cuidado das estâncias, além de produção artesanal, principalmente de tecidos. O objetivo consistia em produzir excedentes para o pagamento de tributos, para comprar os bens que não podiam ser gerados ali, e também para prover o sustento de órfãos, viúvas e incapacitados da comunidade, além de manter as atividades religiosas. Os índios que moravam nas missões jesuíticas não tinham que prestar serviços obrigatórios aos colonos espanhóis, prática adotada pelos espanhóis e que era conhecida como *encomienda*.

A estrutura urbana obedecia às normas da legislação espanhola. O povoado tinha uma grande praça central, na qual se erguiam os principais edifícios dos jesuítas - igreja, colégio, oficinas, cemitério e casa dos órfãos. Do outro lado da praça ficavam alinhadas as casas dos índios, distribuídas de forma regular em ruas de traçado simétrico. A igreja era o ponto de referência da missão, e todos os afazeres cotidianos eram pontuados pelas atividades religiosas.

Todas as manhãs na alvorada as notas do Angelus davam o sinal de despertar. Aos domingos as trombetas e tambores percorriam alegremente as ruas. A hora de despertar variava segundo as estações e os trabalhos em curso. [...] Logo após o sinal de levantar os tambores ou sinos convocavam as crianças para reunirem-se diante da igreja, para as orações e o catecismo.[...] Entremetidos, os pais ocupavam-se à vontade dos afazeres domésticos [...]. Para o pároco e seu *companero* era o momento de meditação. Após a missa, seguida pela maioria dos habitantes, servia-se o desjejum em comum a todas as crianças, que então partiam duas a duas para as escolas [...]. Ao mesmo tempo [...] as oficinas abriam, organizavam-se as turmas destinadas ao trabalho no campo, música na frente, e entoando cânticos ou marchas. Depois do almoço, por volta das quatro ou cinco horas da tarde, era dado um sinal do alto da torre sineira de cada redução para se anunciar o fim do trabalho [...]. O resto da tarde ficava livre para os cuidados caseiros, para os lazeres e divertimentos de toda a espécie [...]. Quando soava o Angelus vespertino, as crianças reuniam-se por setores ou todos juntos na praça [...] cantavam à guisa de oração um cântico dedicado ao Anjo Gabriel. Um toque de sinos anunciava o recolher e o repouso. Pouco depois as patrulhas iniciavam suas rondas e faziam entrar em casa os retardatários. Nas casas reencontravam-se os adultos e as crianças. Tinham sempre mil coisas a contar.

A descrição acima, feita por Lugon (1977), mostra que a vida no dia-a-dia mesclava trabalho e religião. A jornada de trabalho não se estendia além de oito horas diárias, havendo tempo para a vida familiar, o lazer e as atividades religiosas. No domingo e em datas festivas não se trabalhava.

Inicialmente, os jesuítas admitiam a estrutura poligâmica dos Guaraní nas missões, mas aos poucos foram introduzindo mudanças nos padrões de organização familiar dos índios e progressivamente estabeleceram a família nuclear monogâmica.

A guerra 'guaranítica'

A assinatura do tratado de Madri, em 1750, esteve na origem das guerras guaraníticas. Pelo tratado, o governo português se comprometia a devolver à Espanha a Colônia de Sacramento, recebendo em troca a região na qual se localizavam os Sete Povos das Missões. Isso implicava o deslocamento das missões para novo território.

Os líderes missioneiros e os índios reagiram a esse acordo entre os dois países. Milhares de pessoas precisariam ser removidas para o outro lado do rio Uruguai, juntamente com seu numeroso rebanho. Extensas terras e amplas plantações ficariam perdidas. Por outro lado, boa parte da outra margem do rio já estava ocupada, e não havia terra disponível para o estabelecimento de novas missões.

Acima de tudo, os jesuítas não foram consultados durante as negociações do tratado, tendo sido ignorado seu papel político como guardiães da fronteira espanhola. As missões estavam, assim, ameaçadas de perder boa parte de seu poder político e de sua autonomia territorial.

Quando as autoridades luso-espanholas chegaram à região para demarcar os novos limites, encontraram os índios e alguns jesuítas dispostos a enfrentá-los e a defender sua permanência nas missões. As primeiras escaramuças começam em 1752. Liderados por Sapé Tiaraju, os índios impediram a demarcação e lançaram breves ataques aos portugueses. As tropas lusas e espanholas se uniram para dar combate aos índios.

Após avanços e recuos ocasionados pela forte resistência indígena, pelas chuvas que provocaram muitas enchentes nos rios, e também pela falta de mantimentos - causa de várias deserções - em 1754 foi negociada uma trégua com os caciques dos Sete

Povos. A trégua seria rompida meses depois, mas esse intervalo foi suficiente para as tropas se reorganizarem e empreenderem novas investidas.

Sabendo da superioridade do exército, que contava com mais de 3 mil homens bem armados transportando canhões, suprimentos e munições, os índios decidiram se retirar das povoações, queimando-as e adotando táticas de guerrilha para manter a resistência.

Durante as lutas, o líder Sapé foi morto, e isso apressou a derrota das forças indígenas, já bastante debilitadas. Após o massacre de Caiboaté, em 1756, no qual morreram 1.500 índios e outros tantos se renderam, os Guarani foram definitivamente vencidos.

Os portugueses em seguida começaram a ocupar a região, reiniciando os trabalhos de demarcação e removendo os índios remanescentes para o território espanhol. As forças metropolitanas acreditavam que os índios haviam sido instigados pelos jesuítas e, diante disso, a guerra acabou por influenciar a decisão de expulsar os jesuítas de Portugal e da Espanha.

A expulsão dos jesuítas alterou de forma estrutural a vida dos povoados. A decadência provocada pela má administração e pela quebra da integração comunitária da economia foi vertiginosa, resultando em epidemias, fome e miséria. Os povoados foram gradualmente abandonados e os índios remanescentes foram integrados ao serviço pessoal dos *encomenderos*. Em pouco menos de oitenta anos as missões exibiam apenas um pálido indício daquilo que haviam sido.

Os jesuítas na história do Brasil

Os jesuítas desempenharam um papel importante durante os duzentos anos em que atuaram no Brasil Colônia. Eram poucos padres, mas fizeram um traba-

lho imenso, fundando colégios e missões em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, bem como na vasta região amazônica. Sua ambição não era o lucro fácil com a exploração da mão-de-obra indígena, como erroneamente muitos têm caracterizado. Eram homens de fé, que desejavam incorporar à cristandade a massa de ameríndios, e cujo programa moral se chocava com os interesses econômicos imediatistas dos colonos.

Os conflitos com os portugueses levaram os jesuítas à convicção de que somente poderiam fazer um trabalho missioneiro se conseguissem evitar o contato dos índios com os brancos. E foi esse o motivo da fundação das missões. Apesar de perseguidas desde o início pelos bandeirantes paulistas, as missões conseguiram posteriormente ganhar condições de segurança que permitiram aos jesuítas desenvolver seu trabalho de catequese durante aproximadamente 150 anos.

A imagem dos jesuítas como homens que visavam acima de tudo o interesse econômico é questionável. É evidente que um suporte material era fundamental para a instalação de aldeias e missões, que funcionavam também como unidades econômicas. Os colonos espanhóis e os portugueses acusavam os jesuítas de concorrência desleal, por se aproveitarem da mão-de-obra indígena acobertados pelos planos missionários.

Na verdade, a posse de riquezas pelos jesuítas pode ser contestada. Para os trabalhos de colonização e catequese contavam mais com recursos de organização e uma boa dose de espírito de sacrifício do que com pecúlios financeiros. Portanto, devemos tomar cuidado para não caracterizar a obra dos jesuítas como uma 'empresa', principalmente porque a palavra pressupõe a obtenção de lucro, que não era o objetivo primordial da ordem.

A experiência dos jesuítas esteve no centro de acirradas controvérsias historiográficas. De um lado, a experiência é mostrada como a construção de autênticas sociedades cristãs e socialistas. Por outro, atribui-se aos jesuítas um caráter despótico, não sendo raras as acusações de que pretendiam organizar um império teocrático na América do Sul.

Essa polêmica é centrada na experiência dos jesuítas, colocando os índios em uma posição passiva, como se não fossem também agentes desse processo. No fundo, predomina em tal discussão uma visão eurocêntrica, segundo a qual as sociedades indígenas assumem sempre o papel de coadjuvantes.

As missões se formam no contexto histórico do sistema colonial, respondendo a inúmeras demandas. Não foram constituídas com base em um plano preconcebido dos jesuítas, mas criadas gradualmente, condicionadas pelas circunstâncias daquele momento histórico.

Sugestão de atividade

Para demonstrar que a resistência indígena na História do Brasil não foi localizada nem homogênea, procure incentivar seus alunos a pesquisar a história dos grupos indígenas da região em que vivem, observando a diversidade da experiência histórica que envolveu os contatos interétnicos.

Proponha a realização de um trabalho em grupo, a partir da discussão das variadas formas de resistência das sociedades indígenas ao longo do período estudado, analisando também a importância da participação da Igreja na ação colonizadora.

Bibliografia

- GADELHA, Regina A. Fonseca. *As missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas socioeconômicas do Paraguai, séculos XVI-XVII*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- GUTIERREZ, Ramón. *As missões jesuíticas dos guaranis*. Rio de Janeiro, Unesco/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1987.
- HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- . *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, vols. 1 e 2. São Paulo, Difel, 1974.
- LUGON, C. *A república comunista cristã dos guaranis, 1610-1768*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Filmografia

- A República Guarani*, de Sílvio Back, 1987.
- A missão*, de Roland Joffe, 1986.

ENTRE A FÉ E A ESPADA



Amazônia ainda lembra o mundo da natureza intocada, da floresta virgem. Sob o signo da exuberância, tem sido representada como uma região em que a força da natureza domina os homens. Nesse sentido, prepondera a imagem de uma região que teria vivido "à margem da história", para nos referirmos ao epíteto atribuído a ela por Euclides da Cunha.

No entanto, após quatrocentos anos de colonização, é difícil manter a imagem de intangibilidade. Poucos são os rios que não foram percorridos pelos colonizadores em busca de índios ou de produtos do extrativismo vegetal. A história da Amazônia é marcada por um processo de conquista e, sobretudo, de destruição das sociedades e culturas indígenas, processo esse iniciado no século XVI, e que ainda perdura.

A história da Amazônia é pouco tratada nos livros didáticos, mas isso não implica a inexistência de uma história rica e significativa.

Na Amazônia, mais uma vez, a presença indígena se impõe fora dos quadros em que ela é tradicionalmente tratada na história do Brasil, tal como ocorre com o descobrimento e com os primeiros contatos; não há como pensar em uma história da Amazônia que passe ao largo da história indígena. Os índios não entram na história do Brasil como acessório, mas sim como sujeitos.

As primeiras expedições

Os espanhóis foram os primeiros europeus a tomar conhecimento do rio Amazonas, ainda no século XVI. A primeira expedição que percorreu todo o rio, do Equador ao oceano Atlântico, foi a de **Francisco Orellana**, em 1541-1542.

Orellana era membro da expedição de Gonzalo Pizarro, que saiu de Quito para encontrar o lendário País da Canela, localizado segundo os indígenas além dos Andes. Encarregado de encontrar suprimento para a tropa, Orellana prosseguiu pelo rio, correnteza abaixo, e constatou que já não seria mais possível retornar. Iniciava-se uma aventura que duraria oito meses, ao longo da qual a expedição navegou por 6 mil quilômetros, por todo o Amazonas e pelo Atlântico, até a ilha Margarita.

A aventura foi narrada por Frei Gaspar de Carvajal, um dominicano que participou da empreitada. O frei relata que ambas as margens do rio eram densamente povoadas e que os grupos indígenas não tinham dificuldade em abastecê-los com comida, ainda que muitas vezes fosse preciso tomá-la à força, atacando aldeias e guerreando com os índios.

As notícias dadas por Carvajal, que voltou ao Peru ao fim da viagem, deram ânimo às crenças a respeito da existência de ricos países perdidos no interior da América, tais como o El Dorado. É de Carvajal a primeira referência às 'amazonas', que ele conta ter encontrado na viagem. Seriam mulheres guerreiras que habitavam em uma cidade de ouro, na qual os homens não podiam entrar. E assim o rio ficou conhecido como o 'rio das Amazonas'.

A segunda expedição, de **Francisco de Ursua** e Lope de **Aguirre**, em 1560-1561, foi encomendada pelo vice-rei do Peru, com o objetivo de procurar o lendário El Dorado. Ursua partiu do Huallaga com

cerca de 370 soldados e um sem-número de canoas e balsas, enquanto parte da tropa seguia pelas margens, acompanhada de mais de quinhentos índios. Prosseguiram pelo Maranhão e, da foz do Napo em diante, percorreram o mesmo itinerário de Orellana.

Ao que tudo indica, **Lope de Aguirre**, membro da expedição, se aliou a um grupo de amotinados que desejava regressar ao Peru e assassinou Ursua, assumindo o comando. Como seria impossível regressar, desceram o curso do rio, acompanhados por sucessivos assassinatos, pois Aguirre via opositores e traidores por toda parte. Ao chegarem à foz seguiram para as Antilhas e, tal qual Orellana, aportaram na ilha Margarita, onde Aguirre foi assassinado por seus companheiros. Essa expedição, marcada pela tragédia e pela insanidade, foi narrada por Cristóval de Acuna.

As duas primeiras expedições suscitaram muitas especulações a respeito de riquezas e de reinos lendários na Amazônia. Assim, também os ingleses e holandeses se lançaram à exploração da costa da América do Sul, do Orinoco e do Amazonas. No início do século XVII, fundaram feitorias, adentraram o Amazonas até o Tapajós e o Xingu e entraram em contato com os índios para extrair da floresta as chamadas 'drogas do sertão', ao mesmo tempo que iniciavam o cultivo de tabaco, e de cana para fabricar açúcar.

Também interessados na região, os franceses fundaram no Maranhão a França Equinocial. No início do século XVII, o naufrago Charles des Vaux chegava à França, dando notícias da vontade dos Tupinambá do Maranhão de se converter ao cristianismo e se aliar aos franceses.

Em 1612, uma expedição colonizadora, comandada por **Daniel de la Touche** e composta de três navios e quinhentos homens, aportou na costa do Maranhão

e ergueu uma fortaleza, onde viria a ser a cidade de São Luís. Os portugueses deram combate à ocupação francesa e, em 1614, uma expedição militar conseguiu expulsá-los da região.

Os portugueses conquistam o Amazonas

Adentrando o século XVII, ingleses e holandeses foram sendo expulsos da região: suas feitorias destruídas, navios afundados e colonos aprisionados. Abria-se a Amazônia para o domínio português, consolidado na medida em que a terra era devassada por colonos, religiosos e militares, que subiam e desciam os rios para dar combate aos índios e escravizá-los, para fundar missões religiosas que objetivavam convertê-los, e para recolher as drogas do sertão.

Cacau, salsa, puxiri, bálsamo de umari, cravo, baunilha, canela, castanha, breu, resinas e sementes oleaginosas, quina, salsaparrilha, urucu, madeiras de várias espécies e muitos outros produtos do extrativismo florestal eram conhecidos como drogas do sertão. Desde o estabelecimento das primeiras feitorias, complementavam o comércio das especiarias orientais, então em crise, encontrando consumidores ávidos no mercado europeu.

À medida que os portugueses foram subindo o curso do rio em busca de braços para o trabalho nas fazendas e das valorizadas drogas do sertão, as populações indígenas ribeirinhas foram sendo dizimadas. Um número incalculável de índios morreu com as doenças introduzidas pelos brancos, outros se refugiaram nas matas do interior subindo rios e igarapés e outros, ainda, foram capturados para o trabalho servil.

**Entre a fé e a espada:
a disputa da mão-de-obra indígena**

A área efetivamente ocupada pelos poucos portugueses na Amazônia se restringiu, durante os séculos XVI e XVII, aos arredores da baía de Marajó e a umas poucas feitorias no médio e no baixo Amazonas.

Segundo afirmação de Porro (1992), todo o curso do rio se tornou um grande celeiro de braços, sendo que muitos índios escravizados eram vendidos para servir nos engenhos de Pernambuco.

A disputa do acesso e do controle da mão-de-obra indígena é o eixo pelo qual passa a história do Maranhão e Grão-Pará, marcada pelas dificuldades de subsistência. Não havia plantações e a distância entre os povoados consumia grande esforço. As crônicas desse período ressaltam a extrema miséria em que viviam e as dificuldades em conseguir alimentos e tecidos para se vestir. O padre Vieira sintetizou magnificamente a situação desses primeiros moradores:

[...] em todo o Estado não há açougue nem ribeira, nem horta nem tenda onde se vendam as coisas usuais para o comer ordinário [...]. E, sendo que no Pará todos os caminhos são por água, não há em toda a cidade um barco ou canoa de aluguel para nenhuma passagem, de que tudo se segue, e vem a ser o estilo de vida ordinário que para um homem ter o pão da terra, há de ter roça; para comer carne, há de ter caçador; para comer peixe, pescador; para vestir roupa lavada, lavadeira; e para ir à missa ou qualquer parte, canoa e remeiros. [...] Na vida dos índios consiste toda a riqueza e remédio dos moradores, e é muito ordinário virem a cair em pouco tempo em grande pobreza os que têm por si mui ricos e afazendados, porque a fazenda não consiste nas terras, que são comuns, senão nos frutos ou indústrias com que cada um os fabrica e de que são os únicos instrumentos os braços dos índios.

O despovoamento das margens do rio Amazonas tornou necessário buscar índios subindo os afluentes e promovendo seu 'descimento' e estabelecimento em aldeias, nas quais ocorria a aculturação **que os** destribilizava. Nesse processo, foi de grande importância a ação de catequese das diversas ordens religiosas que atuaram na Amazônia: jesuítas, mercedários, carmelitas e franciscanos.

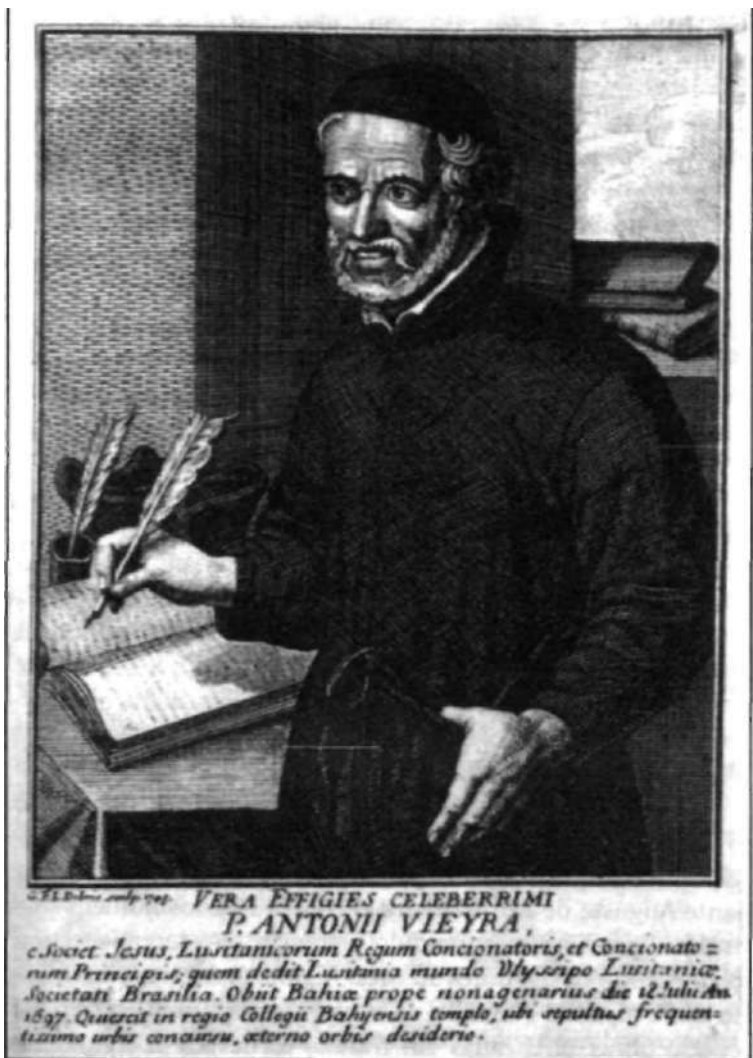
Segundo Reis (1965), "os religiosos operaram a serviço do Estado, facilitando a obra de expansão e domínio português, congregando pacificamente os grupos indígenas". As aldeias missionárias fundadas funcionavam como entrepostos para essa mão-de-obra; com o tempo, a diversificação de sua função econômica fez com que uma nova população, mais **ou** menos permanente, se estabelecesse ao longo **do** Amazonas.

O padre Antônio Vieira chegou no Maranhão em 1653, como provincial dos jesuítas, logo enfrentando os colonos que insistiam em escravizar os índios. A questão dos índios não chegava, por nenhum dos lados, a uma solução aceitável: nem os colonos desistiam do sistema de escravidão que tinham instituído, nem os jesuítas deixavam o propósito de lhes subtrair, ou pelo menos limitar, o domínio sobre os silvícolas cristianizados.

Na região amazônica Vieira se dedicou às viagens, visitando as aldeias, ensinando e pregando. São dessa época o "Sermão de Santo Antônio", ou "Sermão dos peixes", no qual afirma que preferia pregar aos peixes, pois o povo do Maranhão não o ouvia. Em 1661, ocorreram sérios incidentes com os colonos e Vieira, juntamente com outros jesuítas, foi expulso e precisou retornar a Portugal.

Havia muitos conflitos dos moradores com os jesuítas, tendo sempre como motivo o controle sobre a

mão-de-obra indígena. Os jesuítas foram novamente expulsos da região durante a **revolta de Beckmann**, em 1684, provocada pela falta de braços e pelo monopólio do comércio exercido pela Companhia de Comércio do Maranhão, criada para tentar resolver os problemas de abastecimento.



A revolta foi controlada facilmente, e o Regimento das Missões, implantado em 1686, trouxe uma certa estabilidade ao suprimir o privilégio da Companhia de Jesus para fazer entradas catequizadoras e fundar missões. Outras ordens - dos carmelitas, franciscanos e mercedários - passaram a participar da fundação de missões.

Os índios, reunidos pelos religiosos em aldeias missionárias, durante alguns meses do ano cultivavam mandioca, milho e cacau. Nos outros meses, eram encaminhados para o trabalho nas plantações dos colonos, ou para participar de expedições pelo interior da Amazônia em busca das drogas do sertão. Por essas atividades deveriam receber salário.

O extrativismo era muito lucrativo e, desse modo, no início do século XVIII as ordens detinham grande força econômica e concorriam politicamente com o poder real. As reformas pombalinas, em 1755, aboliram o poder dos eclesiásticos nas missões e a escravidão indígena, disponibilizando a mão-de-obra dos índios para todos. E os jesuítas foram novamente expulsos da Amazônia, dessa vez por muito mais tempo.

A colonização da Amazônia prosseguiu, baseada sobretudo no extrativismo. O povoamento da região se concentrava nas margens dos rios, caminhos naturais de comunicação. Em 1740, cerca de 50 mil índios viviam em 63 aldeias. Falavam o nheengatu, língua geral de base tupi-guarani, dominante na Amazônia até o século XIX. Essas aldeias deram origem a cidades ribeirinhas como Parintins, Santarém e Manaus, entre outras.

A resistência dos povos indígenas

Naturalmente, os grupos indígenas não assistiram ao assalto dos portugueses pacificamente. Alguns grupos opuseram tenaz resistência à conversão e ao 'descimento'. A Coroa portuguesa foi obrigada a sus-

tentar uma árdua guerra, por exemplo, contra os Manau e também contra os Mura.

Guerra dos Manau (1723-1728). No início do século XVIII, a região do rio Negro era o grande centro que abastecia Belém de mão-de-obra indígena mas, durante quatro anos, grupos indígenas impediram que os barcos portugueses navegassem pelo Negro. Liderados por Ajuricaba, formaram uma espécie de confederação, com o objetivo de deter o avanço dos portugueses. Negociavam armas e munição com os holandeses estabelecidos no rio Orinoco, enfurecendo os portugueses. O governador Maia da Gama informou Lisboa a respeito dos ataques de Ajuricaba, que andava com a bandeira holandesa hasteada em sua canoa. Após várias tentativas de pacificação, o governador organizou em 1728 uma grande expedição punitiva, que capturou Ajuricaba. Os portugueses assim descreveram o seu 'suicídio':

Quando Ajuricaba estava vindo como prisioneiro para a cidade, e já estava em suas águas, ele e seus homens se levantaram na canoa em que se encontravam acorrentados, e tentaram matar os soldados. Esses tomaram de suas armas e bateram em alguns e mataram outros. Ajuricaba então pulou no mar com um outro chefe e não reapareceu mais vivo ou morto. Pondo de lado a pena que sentimos pela perda de uma alma, ele nos fez um grande favor ao nos libertar da obrigação de tê-lo como prisioneiro. (Souza, 1994)

No entanto, a resistência dos Manau não terminou com a morte de seu líder, pois houve outras rebeliões em 1729 e em 1759, antes que a região fosse dominada.

A guerrilha Mura (século XVIII). Os Mura ocupavam a região próxima aos rios Madeira e Solimões quando, por volta de 1720, foram contatados por um missionário jesuíta, que os convenceu a morar em uma missão. Mas esse grupo foi escravizado por um colono português, gerando

uma reação dos Mura contra os brancos. Destruíram então a missão na boca do rio Madeira e por quase um século desenvolveram uma verdadeira guerrilha contra os portugueses. Segundo afirma Marta Amoroso (1998):

[...] a população do rio Madeira vive, na primeira metade do século XVIII, os efeitos do contágio e dos descimentos, responsáveis pela erradicação da população das margens das principais vias fluviais. A reação belicosa dos Mura contra os agentes missionários, ao mesmo tempo que resguardou o grupo do convívio com uma população condenada pelo contágio, evidenciou os Mura como nação inimiga dos portugueses.

Os Mura atacavam os comboios que subiam ou desciam o rio Madeira, caminho natural para as minas de ouro em Mato Grosso. Várias expedições punitivas foram lançadas contra eles, sem conseguir derrotá-los, apesar das enormes perdas em vidas, tanto dos índios como dos portugueses. A guerrilha só arrefeceria no início do século XIX.

Sugestão de atividades

Procure inicialmente incentivar seus alunos a refletir sobre a Amazônia, pesquisando mapas, fotografias e ilustrações. É interessante trabalhar esse tema interdisciplinarmente, pois a região amazônica possibilita abordagens diferenciadas: a floresta e sua preservação, as sociedades indígenas, o domínio dos rios sobre a vida cotidiana. As atividades podem sintetizar o conhecimento acerca da diversidade natural e cultural do mundo amazônico.

Para explorar o assunto sob a ótica da literatura, selecione alguns trechos dos sermões do Padre Vieira - existem inúmeras edições, e muitos deles podem também ser encontrados em *sites* da Internet - especialmente o sermão de Santo Antônio, conhecido como "dos Peixes". Em um exercício de imaginação literária,

leve seus alunos a pensar no padre, no alto do púlpito, dizendo aos moradores que prefere falar aos peixes... Esse exercício pode dar a dimensão cotidiana dos conflitos entre portugueses e jesuítas.

Bibliografia

- AMOROSO, Marta Rosa. "Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira", in Manuela Carneiro da Cunha, *História dos índios no Brasil*, pp. 297-310. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- BOXER, C. *A idade do ouro no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1963.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, vol. 1: "Do descobrimento à expansão territorial". São Paulo, Difel, 1976.
- PORRO, Antônio. *As crônicas do rio Amazonas. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro, Edinova Limitada, 1965.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1977.
- SMITH, Anthony. *Os conquistadores do Amazonas*. São Paulo, Best Seller, 1990.
- SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia*. São Paulo, Marco Zero, 1994.

Filmografia

Aguirre, a cólera dos deuses, de Werner Herzog, 1972.

FAUSTO E POBREZA DAS MINAS



uma certa visão edênica da América, alimentada por lendas como a do Eldorado, fazia com que muitos para aqui viessem com a esperança de enriquecer, de preferência com a descoberta de ouro ou pedras preciosas. Os paulistas bandeirantes sintetizam essa imagem, pois ao mesmo tempo que se dedicavam ao apresamento de índios não deixavam de perseguir pistas que os levassem a encontrar ouro em suas andanças pelo sertão.

As costumeiras representações dos bandeirantes, principalmente na pintura do século XIX, são idealizadas e fantasiosas, retratando-os com características, adereços e detalhes que, na maior parte das vezes, não faziam parte do seu cotidiano - como por exemplo as altas botas. Na verdade eles caminhavam quase sempre descalços e em fila indiana pelas trilhas do sertão; sua vestimenta incluía os já conhecidos gibões de algodão acolchoado e os chapéus de abas largas; quase sempre estavam bem armados.

É importante desmistificar um pouco as idéias correntes sobre a história das bandeiras, como também o imaginário de fausto e riqueza que envolve a vida nas Minas Gerais.

Nosso objetivo é discutir a formação social das minas e suas especificidades, muito diferentes da vida em outros ambientes coloniais, como nos engenhos

de açúcar. Optamos, assim, por tentar mostrar o ambiente urbano que começou a se estruturar na região em função da descoberta de ouro e pedras preciosas, ressaltando aspectos relativos à composição de sua população, e procurando apresentar seu complexo, rico e sobretudo diversificado universo social.

Em um espaço relativamente curto de tempo - menos de um século -, e em um lugar ermo e ocupado pelos índios, se construiu uma sociedade urbana, com todo seu aparato administrativo e burocrático, templos e irmandades religiosas. Seus moradores promoviam festas suntuosas, além de espetáculos teatrais e audições de música.

À medida que a notícia da descoberta de ouro se espalhou pela colônia e pela metrópole, iniciou-se uma verdadeira corrida do ouro, atraindo todo tipo de pessoa. Foram paulistas e bandeirantes em um primeiro momento, secundados pelos criadores de gado da área do São Francisco, e em seguida os reinóis, que atravessavam o oceano tomados pela febre do ouro - a ponto de o governo português proibir essa migração, com medo de que o reino se despovoasse. Para completar, havia ainda uma grande quantidade de escravos, trazidos para fazer o trabalho pesado.

Não foram poucas as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos. Os que para lá se dirigiram, atraídos pela inebriante visão do ouro e do enriquecimento fácil, se depararam com uma realidade bem distante de suas fantasias e ilusões. Talvez a faceta mais grave fosse a relativa ao abastecimento, conforme registrou Antonil:

[...] sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas, não se pode crer o que padecerão ao princípio os mineiros por falta de mantimento,

achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento. (Antonil, 1966)

Em uma verdadeira luta pela sobrevivência, os mineiros e seus escravos eram às vezes levados a abandonar o trabalho nas minas para procurar alimento no mato. A fome e as crises de abastecimento faziam parte do dia-a-dia. Os preços dos gêneros alimentícios eram exorbitantes. Um frango esquelético chegou a valer cerca de doze oitavas de ouro, quantia quase equivalente ao ouro conseguido em um dia de trabalho de um escravo nas minas.

Apesar de cíclicos, os períodos de fome e desabastecimento foram aos poucos melhorando. Tornou-se tão lucrativo fornecer produtos aos mineiros, que muitos passaram a preferir se dedicar ao cultivo e à criação do que se ocupar nos garimpos e nas minas. Granjas e pequenas fazendas foram se instalando ao longo das estradas, com cultivo de milho, feijão e hortaliças, além da criação de porcos e galinhas. Os próprios mineiros foram também constituindo pequenas roças.

Os tropeiros cuidavam do abastecimento de tudo que se precisava para viver nas gerais. De gêneros alimentícios a tecidos luxuosos, ferro, sal e até mesmo pedras para a construção de igrejas e edifícios da administração colonial, tudo era transportado por eles. As tropas eram formadas por milhares de burros adquiridos nos campos de criação do Rio Grande do Sul e tinham como centro a cidade de Sorocaba. Lá as tropas se organizavam e partiam com destino não só às minas, mas também a outras regiões do país. Os tropeiros não só abasteciam a região, como também distribuíam a produção local, traziam cartas e encomendas, e nesse caminhar se transformaram nos divulgadores de notícias pelo sertão.

origens". Aparece na documentação da época a idéia de que esses colonos viviam "sacudindo o freio da obediência e do respeito às leis" (Silveira, 1997, p. 63).

Na constituição da sociedade mineira havia uma maioria esmagadora de homens. Isso apresentava graves problemas para as autoridades metropolitanas, que atribuíam a indisciplina, a insubordinação e a violência dos forasteiros ao fato de serem solteiros e sem família. Segundo dom Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais nas primeiras décadas do século XVIII:

[...] se aqueles homens se pudessem casar com mulheres de sua própria condição, e instalar-se, depressa se tornariam cidadãos respeitáveis e responsáveis, mas a carência aguda de mulheres brancas não permitia que a grande maioria deles fizesse tal coisa.

A horda de aventureiros que invadiu a região mineira, "levando uma vida licenciosa e nada cristã", preocupava a Coroa, que via no constante ir e vir atrás de ouro e pedras preciosas uma tendência a transformar a capitania em um antro de "criminosos, vagabundos e malfetores" citados por Boxer (1963).

Laura Vergueiro (1983) comenta que as vendas e bodegas eram o principal ponto de encontro, sobretudo entre as pessoas mais pobres. Ali bebiam, cantavam, dançavam o batuque e se divertiam com os mais diferentes jogos, configurando um espaço de lazer e alegria. Lá conviviam diferentes segmentos sociais: o capitão do mato e o escravo, pequenos delinquentes e soldados da milícia, homens livres e negros forros. As prostitutas disputavam clientes com as negras de tabuleiro, que vendiam os mais variados quitutes e bugigangas.

As autoridades alegavam que os folguedos sempre resultavam em brigas e até em mortes, e por isso essas vendas e tavernas eram condenadas como cen-

tros de imoralidade, dissolução de costumes e fomento de atividades ilegais. Os mendigos e desocupados, que perambulavam pelos caminhos, estradas e ruas, em nenhuma parte da colônia foram tão numerosos, nem causaram tanta preocupação para as autoridades. Tumultos, crimes, revoltas e convulsões de toda sorte desrespeitavam e desafiavam os ocupantes dos cargos oficiais, representando um risco constante à autoridade do Império Colonial Português nas Américas.



Venda em Fátima

O contrabando é emblemático dessa questão. As fraudes envolviam desde funcionários, religiosos e contratadores até pequenos garimpeiros, faiscadores e escravos, sempre visando burlar o pagamento de impostos. São bastante conhecidas as histórias dos 'santos de pau oco' transportados pelos caminhos do sertão recheados de ouro em pó, ou então das negras quituteiras que intermediavam pequenos roubos de pedras e pepitas escondendo-as em seus tabuleiros. Isto sem falar dos mais diversos estratagemas desenvolvidos pelos escravos para ocultar alguns de seus achados dos olhos atentos dos feitores. Habilmente

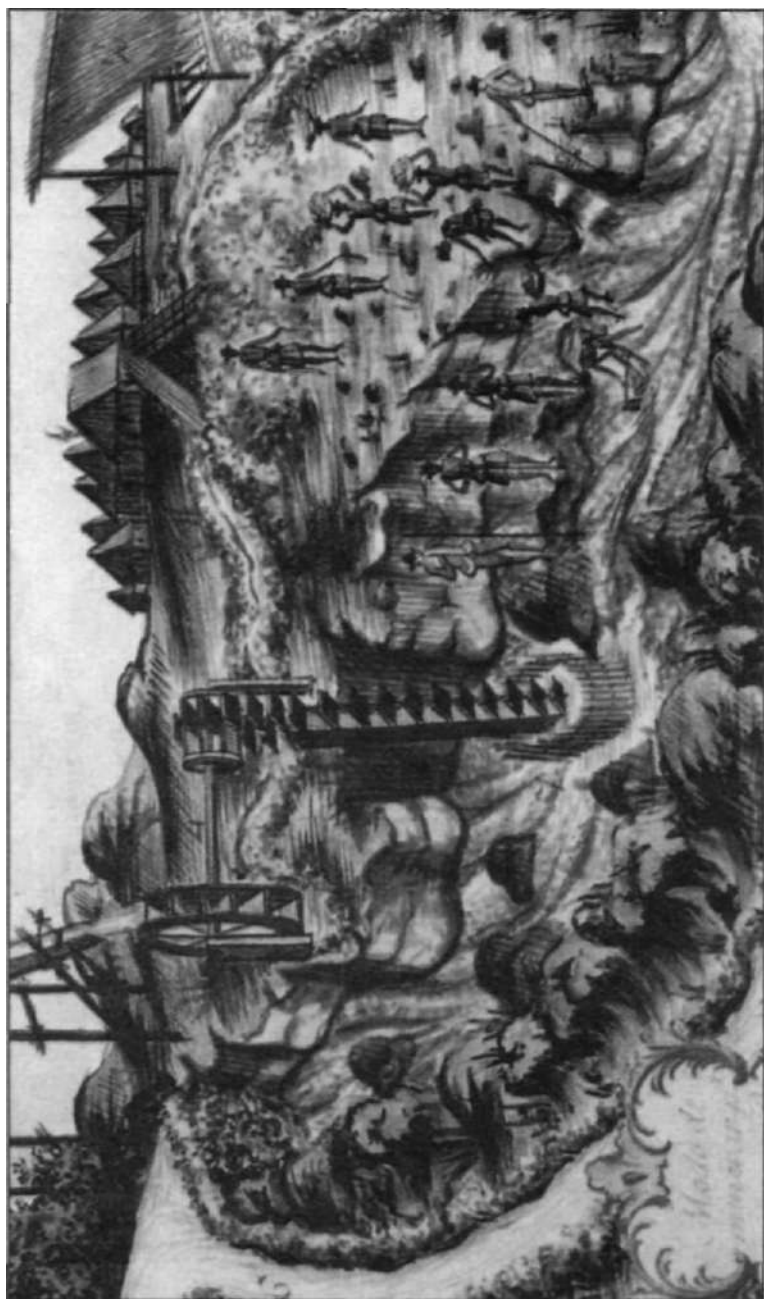
escondiam pedras e pepitas entre os dedos dos pés, nas narinas, nas unhas e nos cabelos; chegavam mesmo a engolir algumas pedras, que poderiam representar sua tão sonhada alforria.

Destaca-se nesse contexto o garimpo dos diamantes, no qual as fraudes se fizeram presentes desde o início, na medida em que a descoberta não foi de pronto notificada à Coroa portuguesa, propiciando aos primeiros descobridores o acúmulo de verdadeiras fortunas em pedras. Mas, assim que a metrópole foi informada, a mineração foi imediatamente proibida: passou a ser exclusividade da Coroa, que arrendava a exploração por períodos determinados a alguns 'contratadores'.

Apenas os escravos do contrato, e posteriormente os da Real Extração, podiam garimpar as pedras. Isto não impedia que os diamantes fossem obtidos ilicitamente por garimpeiros que se aventuravam a desafiar as proibições. Eram conhecidas as histórias de verdadeiras quadrilhas comandadas por 'capitães' que exploravam clandestinamente lavras ignoradas pelas autoridades - era o caso de João Costa e José Basílio, que viviam sendo perseguidos pelas milícias, não só em represália pela atividade ilícita, mas sobretudo para deles arrancar a informação acerca de novas lavras.

Os escravos nas minas

Assim como no restante da colônia, era a força de trabalho dos escravos que sustentava a extração do ouro. Eles ficavam horas a fio com os pés dentro da água lavando o cascalho, permanecendo dias inteiros nessa atividade insalubre. Era uma vida brutalizada, não só pelo trabalho excessivo mas também pela alimentação deficiente e pelos constantes castigos impostos pelos feitores e donos de lavras.



Modo de minerar e retirar diamantes

Com muita sorte, um escravo conseguia viver nessas condições por cerca de sete anos. Alimentava-o o sonho da alforria. Perpassa a historiografia a idéia de que, para os escravos das minas, era muito mais fácil conseguir a liberdade, pois eles teriam mais chances de acumular quantias de ouro que possibilitassem sua compra.

Mas a sociedade era essencialmente urbana, e nas cidades os chamados 'escravos de ganho' exerciam todo tipo de atividade. Negras quituteiras, moleques de recado, carregadores e artesãos, circulavam pelas vilas, juntamente com os negros forros, na dura faina cotidiana, tentando sobreviver nos interstícios da sociedade colonial.

O número desproporcional de escravos na região das minas era motivo de constante preocupação para as autoridades, pois eles representavam mais de 70 por cento da população, com um total de 266.868 habitantes, em 1742. O que mais assustava era a perspectiva de que esses escravos pudessem formar um novo Palmares.

As fugas eram constantes, e os escravos se embrenhavam pelo sertão formando quilombos que ficaram famosos, a exemplo do de Ambrósio, que chegou a abrigar cerca de mil negros.

Nas minas, no entanto, predominavam os pequenos quilombos perto das vilas, alguns dos quais se mantiveram durante anos, sem ser descobertos. Em vez de se isolar no sertão, os quilombolas estabeleciam relações comerciais com as populações livres e pobres das vilas - principalmente os forros - com quem formavam uma rede de comunicações, tanto para a troca do que produziam e para o suprimento de artigos necessários para a subsistência, quanto para obter informações a respeito da repressão aos quilombos.

A enorme quantidade de quilombos levou ao fortalecimento da instituição do capitão do mato. As au-

toridades sempre se queixavam de que seus esforços não eram suficientes para desbaratar todos os pequenos quilombos que infestavam as montanhas adjacentes às vilas.

O historiador Marco Antônio Silveira (1997) faz uma síntese da sociedade mineira da época ao afirmar ser ela profundamente "marcada pela inconstância do ouro [...] buscando sobreviver em meio a valores opostos e em choque". Para ele, era uma sociedade marcada pela indistinção, o que não significa uma ausência de classificação, "mas sim uma dificuldade de se compreender o lugar de cada um em um universo cujos critérios de ordenação eram díspares e flexíveis".

Sugestão de atividade

Peça para os alunos pesquisarem ilustrações das Minas Gerais no tempo da colônia - imagens das igrejas, casario colonial, obras de Aleijadinho ou paisagens urbanas das cidades de Ouro Preto, Mariana ou Tiradentes. Aproveite para discutir a peculiaridade da arquitetura, ressaltando a importância das atividades artísticas em todo o estilo de vida da região no século XVIII. Para completar, diga para fazerem uma síntese das discussões, na forma de redações individuais ou em trabalhos coletivos.

Bibliografia

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. (1710) São Paulo, nacional, 1966.

BOXER, C. *A idade do ouro no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1963.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Nacional, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras pre-

ciosas", in *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, vol. 2. São Paulo, Difel, 1973.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto. Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

VERGUEIRO, Laura. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

Filmografia

Chica da Silva, de Cacá Diegues, 1976.

SEGREDOS DA INCONFIDÊNCIA

Todos sabem que estava no programa dos inconfindentes a separação do Brasil de Portugal. Nesse sentido, e somente nesse, o movimento pode ser entendido como um 'prenúncio' da Independência do Brasil. Assim, "para além da vaga idéia de antecipação de sentimentos de brasilidade", nas palavras do historiador István Jancsó (1998), é importante pensar nas transformações pelas quais passava o Império Colonial Português e, nesse contexto, integrar as manifestações de descontentamento que ocorriam na Colônia. Desse modo, não vamos aqui tratar a Inconfidência como um acontecimento que inauguraria a formação de um Estado Nacional, pois seria no mínimo empobrecer todas suas vinculações com a crise geral do Antigo Regime.

Na última quadra do século XVIII, ocorreram muitas manifestações de inconformismo político no interior do espaço colonial, cuja inteligibilidade histórica deve ser buscada no movimento geral de transformações do capitalismo que deu origem tanto à Revolução Industrial quanto a mudanças sociais e políticas, tais como a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa

A inserção dos movimentos coloniais nesse quadro geral não nos impede de procurar entender as respostas locais para a percepção da crise, que chegava a um esgotamento das formas de ordenamento político do sistema colonial. O que se percebe é que, conforme afirma István Jancsó:

[...] a própria forma de organização do poder se torna o alvo das críticas, e a sua substituição por outra afirma-se como o objetivo que move os homens. O novo que desponta [...] é a ação visando a revolução.

Os historiadores de certa forma são unânimes em afirmar que os homens daquele período haviam perdido muito do temor ao poder da metrópole. Nas praças públicas, nos saraus literários, nos quartéis, em todo lugar em que houvesse um ajuntamento de pessoas, as conversas podiam acabar questionando a autoridade, ou mesmo a legitimidade da metrópole. Estava no ar a idéia da sedição. Por outro lado, também um certo desconforto e uma certa inquietação traduziam um sentimento de decadência, ou de crise, invadindo a todos, como um anúncio da falência do sistema colonial.

Crise nas minas: conflitos e revoltas

Desde a descoberta de ouro nas minas, a Coroa se preocupou em cobrar impostos e os conflitos em torno desse assunto marcariam toda a história da região. Houve diferentes sistemas de arrecadação ao longo do tempo, sempre onerando a população em geral, que manifestava sua insatisfação com protestos.

É nesse quadro que se pode entender o jogo entre as medidas levadas a efeito pela metrópole para aumentar a arrecadação e as alternativas encontradas pela população para burlar tais cobranças, principalmente por meio do contrabando. Os impostos incidiam sobre as mais diversas atividades, independentemente da produção aurífera, como impostos de passagem sobre todas as mercadorias que entravam ou saíam da capitania, dízimos e muitas outras contribuições.

As reformas pombalinas se inserem no contexto

do despotismo esclarecido, como uma busca de soluções que mantivessem com maior eficiência o domínio metropolitano. Almejava-se estabelecer maior controle sobre a economia colonial e, em relação à sociedade mineira, essas medidas tinham por principal finalidade melhorar a administração, supervisionando a produção de ouro, e aumentar a arrecadação.

Foi então que as casas de fundição entraram em pleno funcionamento, para melhor arrecadar o quinto. A Coroa portuguesa visava coibir o contrabando, atribuindo apenas a ele a diminuição da arrecadação, sem admitir a justificativa de que, paralelamente, estivesse ocorrendo também o esgotamento dos veios auríferos.

Quanto ao pagamento do quinto, em 1750 a Coroa portuguesa estabeleceu uma contribuição mínima de cem arrobas de ouro ao ano, o que correspondia a 1.465,60 quilos. Caso essa quantia não fosse atingida, seria cobrada através da derrama, ou seja, todos os habitantes seriam obrigados a contribuir para completar a diferença. Tal ordem gerou toda sorte de abusos por parte das autoridades, espalhando o terror na região a cada vez que se anunciava a cobrança da derrama.

A partir de 1763, a arrecadação deixou de atingir a cota fixada de cem arrobas. Em 1768 houve nova derrama, que durou três anos. Dezesete anos depois, quando foi anunciada novamente, a metrópole pretendia arrecadar mais de 5 mil quilos de ouro!

Muitas manifestações de insatisfação, rebeliões e revoltas marcaram o século XVIII na região das minas, quase sempre tendo como motivo a cobrança dos impostos. Assim foi em Sabará, em 1714, no Morro Vermelho, em 1715, e principalmente em Vila Rica, em 1720, onde eclodiu um movimento liderado por Felipe dos Santos contra a criação das casas de fundição e da Casa da Moeda.

No entanto, a Inconfidência Mineira revela que os conflitos no final do século XVIII eram de ordem diversa. Mais do que a insatisfações criadas pelo aumento de impostos, ou mesmo a insuficiência de abastecimento - motivos que geraram motins, revoltas, rebeliões e outros **conflitos violentos** ao longo de toda a história da **colônia** - a Inconfidência Mineira deve ser compreendida **no quadro** da crise do Antigo Regime ou, mais especificamente, da crise do sistema colonial.

Iluminismo

Os pensadores iluministas, como Voltaire, Rousseau, Adam Smith, Montesquieu e outros, criticavam de modo geral o Antigo Regime, questionando o absolutismo monárquico e o mercantilismo. Defendiam novas formas de organização política, como a monarquia constitucional ou a república democrática, acreditando na liberdade de pensamento e expressão, bem como na igualdade de todos perante a lei, princípios básicos do respeito aos direitos naturais do cidadão.

Rejeitavam a intervenção do Estado na economia, defendendo uma política liberal e apregoando a liberdade de comércio. Todos os fundamentos do antigo sistema colonial foram por eles colocados em xeque: dominação política da metrópole, exclusivismo colonial, escravismo e tráfico.

O Iluminismo, e toda a crítica ao colonialismo que trouxe em seu bojo, nada deixava de lado, tudo vasculhava. Na metrópole portuguesa se mostra uma face reformista da Ilustração nas medidas tomadas por Pombal, que tentam dar maior sobrevida ao poder metropolitano. Na colônia se manifesta a face revolucionária, que objetivava romper o pacto colonial. Nas palavras de Fernando Novais, essa é a "ambigüidade fundamental do pensar ilustrado".

A crise do Antigo Regime, o Iluminismo e a Inconfidência

Apesar de todo o esforço contrário da Coroa portuguesa, houve uma grande difusão das idéias iluministas na colônia. A proclamação da independência dos Estados Unidos teve ampla repercussão entre os membros da elite mineira, pois mostrava concretamente a possibilidade de quebra do pacto colonial.

Os ideais iluministas eram muito discutidos nas minas, no segundo quartel do século XVIII, pela Arcádia Mineira, da qual faziam parte Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa, entre outros. Esses intelectuais possuíam em suas bibliotecas muitas obras dos iluministas, a exemplo da *Enciclopédia*, além da Constituição dos Estados Unidos. Eram homens bem-informados, que não só debatiam filosofia e literatura, mas também aproveitavam suas reuniões para questionar e criticar atos governamentais, despachos e decretos que chegavam de Lisboa e afetavam diretamente a administração local.

Como exemplo das críticas ao poder local pode-se citar *Cartas Chilenas*, poema satírico ridicularizando o governador Luís da Cunha Pacheco e Meneses, que circulou anônimo entre os membros da elite intelectual de Minas. Em um dos trechos dizia:

*Pretende, Doroteu, o nosso chefe
Mostrar um grande zelo nas cobranças
Do imenso cabedal que todo o povo,
Aos cofres do monarca está devendo.
Envia bons soldados às comarcas.
É manda-lhes que cobrem, ou que metam,
A quantos não pagarem nas cadeias.*

Daí para a propagação das idéias conspiratórias contra o poder da Coroa bastou apenas a notícia de que

o governador iria decretar uma nova derrama para cobrar os impostos devidos.

O programa da revolta. Não se sabe com clareza como os inconfidentes pretendiam organizar o novo país. Sabemos apenas que o movimento propunha a Independência e a proclamação de uma República. Alguns dos inconfidentes, no entanto, não concordavam com a abolição da escravidão, pois eram grandes proprietários de escravos. Propunham também a criação de uma universidade em Vila Rica, a liberdade de comércio e o estabelecimento de fábricas e manufaturas para dinamizar a vida econômica do novo país.

Estrategicamente, o plano esperaria que a derrama fosse decretada - o que favoreceria a arregimentação do maior número possível de adeptos - para assaltar o palácio do governador e assassiná-lo, iniciando assim o levante. Declarando-se a Independência de Minas, pensava-se buscar apoio em São Paulo e Rio de Janeiro.

Não é nosso objetivo detalhar os passos do movimento; basta lembrar a denúncia feita por Joaquim Silvério dos Reis e o fracasso da conspiração. A Coroa portuguesa ordenou uma **devassa**, espécie de inquérito no qual os suspeitos eram interrogados e as testemunhas depunham, com o objetivo de investigar o alcance da conjuração.

Muitos inconfidentes foram presos e posteriormente levados a julgamento. Destes, onze foram condenados à morte mas dez, como Tomás Antônio Gonzaga, tiveram a pena comutada para degredo. Cláudio Manoel da Costa foi encontrado morto em sua cela e seu suposto suicídio nunca ficou bem esclarecido. Somente Tiradentes confessou, assumindo a responsabilidade pela conspiração, sendo o único executado.

Tiradentes: quem era?

Nascido em São João del Rei, Joaquim José da Silva Xavier tinha em sua juventude sido mascate e também exercera o ofício de dentista, ganhando então o apelido que o acompanhou por toda a vida. Posteriormente ingressou na carreira militar, ocupando o cargo de alferes da cavalaria. Nessa atividade, estava sempre em contato com a população das vilas vizinhas. Recebia um pequeno soldo, vivendo em uma posição social e econômica bem precária. Queixava-se de ter sido preterido sucessivas vezes na indicação de promoções.

Popular, e muito comunicativo, Tiradentes falava abertamente contra a Coroa portuguesa, criticando a exploração da colônia pela metrópole e divulgando as idéias do movimento. Era crítico e audacioso, considerado por alguns um "homem perigoso" por suas idéias, e por outros um indivíduo "tomado pela loucura", pela forma destemida com que as expunha.

Entre os inconfidentes, a presença de Tiradentes destoava, pois não tinha o perfil cultural de muitos dos participantes, já que sua origem humilde o identificava mais com os segmentos populares. Nos planos da Inconfidência ficara responsável pela divulgação do movimento, devendo provocar agitações por onde passasse. Estava no Rio de Janeiro quando o levante foi denunciado por Joaquim Silvério dos Reis e a prisão dos participantes decretada.

A fabricação do herói nacional

Seria importante desvestir um pouco a Inconfidência do caráter cívico com o qual foi recoberta posteriormente, no processo de construção de uma história nacional, e discutir a dimensão humana da experiência dos inconfidentes, principalmente em relação à forte repressão que se seguiu.

O que se lê nos *Autos da devassa* é uma história de intermináveis interrogatórios, de masmorras e celas nas quais ficaram confinados os prisioneiros, no imenso esforço da Coroa para desvendar a teia de relações em que a conjura estava enredada. A repressão foi violenta e cuidadosamente articulada pelas autoridades metropolitanas, e as penas imputadas aos acusados consideradas muito severas, principalmente se levarmos em conta que atingiam pessoas da elite.

Para os onze condenados à morte, até o último momento a Coroa manteve a farsa da execução e o clima de terror, embora a sentença já tivesse sido há muito comutada para degredo. No entanto, a farsa montada foi encenada até o último ato.

Os condenados à força foram encaminhados para a leitura da sentença, presumindo que seriam em seguida executados. Passaram a noite acorrentados, em meio a acusações, choros e pedidos de clemência, até que ao raiar do dia foi-lhes anunciada a substituição da pena de morte pela de degredo. Apenas para Tiradentes a pena de morte foi mantida.

A figura de Tiradentes

A própria sentença de condenação de Tiradentes mostra a intenção de levar a cabo uma morte exemplar, pois foi planejada em seus mínimos detalhes, para reafirmar diante da população colonial o poder e a força da Coroa portuguesa.

O réu foi vestido com uma túnica branca e conduzido com as mãos amarradas, acompanhado sempre pelo confessor e por um funcionário da Justiça que apregoava a sentença pelas ruas da cidade, até chegar ao cadafalso. O patíbulo era mais alto que o usual, para se tornar mais visível diante da multidão que, consternada e pesarosa, assistia a todo o espe-

táculo. O carrasco passou o laço por seu pescoço e o deixou morrer de "morte natural", conforme determinava a sentença.

Mas a morte não era suficiente para marcar a exemplaridade, sendo necessário construir uma memória em torno do ato considerado execrável. Por isso o esquartejamento, a exposição das partes do corpo pelas estradas de Minas, a exibição pública de sua cabeça em um poste no centro de Vila Rica, a destruição de sua casa e o salgamento do terreno, além da declaração de seus filhos e netos como infames.



Lectura da sentença

A força e o simbolismo desses elementos, reunidos num misto de espetáculo e ritual, é excessiva para ser ignorada. É fácil compreender como tais imagens impregnaram o imaginário que envolve a Inconfidência.

A oportunidade de discutir com os alunos como, de criminoso infame condenado à morte, a figura de Tiradentes foi alçada à categoria de herói nacional,

não pode ser posta de lado quando se aborda a Inconfidência. Como observou com propriedade José Murilo de Carvalho (1993):

[...] heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua o seu panteão cívico.

Em seu estudo, esse autor constatou que, durante todo o período imperial, a Inconfidência foi quase esquecida, em função não só do caráter republicano do movimento, mas também pelos laços que ligavam a família imperial brasileira à portuguesa, responsável pela repressão. Assim, fica fácil compreender por que a figura de dom Pedro I assume o papel de herói nesse período e apenas após a proclamação da República Tiradentes é alçado à condição de herói nacional.

O processo de construção desse mito não foi simples. Pode-se acompanhá-lo perpassando as discussões historiográficas e as representações plásticas e literárias de Tiradentes, que ao longo do tempo fizeram sua aproximação com a figura de Cristo, identificando-o como mártir.

Para a nascente República, Tiradentes era o candidato ideal a herói. Defendia a instituição da República, pertencia às camadas populares, foi executado de forma trágica, enfim sua trajetória marcava decisivamente o imaginário da população como personagem que "unia o país através do espaço, do tempo, das classes". Aos poucos essa imagem transcende a de um herói republicano para se transformar em herói nacional: proliferam nomes de praças, ruas e monumentos em sua homenagem; o 21 de abril foi declarado feria-

do nacional já em 1890 e, consolidando esse processo, Tiradentes foi declarado em 1965 Patrono Cívico da Nação Brasileira.

Sugestão de atividades

A história de Tiradentes foi registrada pelos mais diversos meios de comunicação e arte. Procure apresentar material desse tipo à classe, levando os alunos a discutir em grupo as informações que tiverem apreendido. É interessante levantar o debate a respeito do mito do herói, contrapondo-o ao caráter humano da personagem histórica. Algumas sugestões:

No cinema

Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade, 1972.

O mártir da Independência, de Geraldo Vietri, 1977.

Na poesia

O romanceiro da Inconfidência, de Cecília Meireles.

Na música popular

"Exaltação a Tiradentes", samba-enredo da Escola de Samba Império Serrano, 1949.

Produção iconográfica

Os livros didáticos são ricos na reprodução de imagens relacionadas com Tiradentes e a Inconfidência, entre as quais:

- *Tiradentes esquartejado*: com esse mesmo título há um quadro de Portinari e outro de Pedro Américo.
- *O martírio de Tiradentes*, de Aurélio de Figueiredo.
- *A leitura da sentença dos inconfidentes*, de Eduardo de Sá.

Bibliografia

- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- JANCSÓ, István. "A sedução da liberdade; cotidiano e contestação política no final do século XVIII", in Laura de Mello e Souza (org.), *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- MATHIAS, Herculano Gomes. *Tiradentes através da imagem*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1969.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo, Contexto, 1988.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1982.

FONTES DAS ILUSTRAÇÕES

- 7 Jean Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* [1834], tradução e notas de Sérgio Milliet. Vol. 1, p. 311. São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- 18 José Joaquim de Miranda, *Expedição do coronel Afonso Botelho de Sampaio aos sertões de Tibagi, município de Curitiba (1768-73)*. Aquarela que faz parte de um painel com quarenta ilustrações. Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo. Reprodução a partir de Laura de Mello e Souza (org.) *História da vida privada no Brasil*, vol. 1, p. 79. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- 33 Gravura de Gabriel Francisco Debrie, 1745, publicada em *Encontro de culturas. Oito séculos de Missionaçã Portuguesa*, 1994. Reprodução a partir de Laura de Mello e Souza (org.), op. cit. vol. 1, p. 345.
- 45 Aquarela de Johann Moritz Rugendas, publicada em *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Paris, Engelman, 1835. Reprodução a partir de Mello e Souza (org.), op. cit., vol. 1, p. 259.
- 47 Desenho aquarelado de autor anônimo. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In Ana Maria de Moraes Belluzzo (org.), *Um lugar no Universo*, série "Brasil dos viajantes", p. 55. São Paulo, Fundação Odebrecht, 1994.
- 59 *Conhecer*, vol. 6, p. 1423. São Paulo, Abril Cultural, 1968.

CADERNOS JÁ PUBLICADOS

1996

LIVROS ETC...

VIAGENS DE LEITURA

A ESCOLA HOJE

CONVERSA DE PROFESSOR

• LÍNGUA PORTUGUESA

• MATEMÁTICA

• CIÊNCIAS

1998

MATEMÁTICA - 2 VOLUMES

CONVÍVIO ESCOLAR,
TÉCNICAS DIDÁTICAS E
EDUCAÇÃO FÍSICA

DIÁRIOS E PROJETOS
DE TRABALHO

TRAMA DO OLHAR

DEFICIÊNCIA MENTAL E
DEFICIÊNCIA FÍSICA

HISTÓRIA, GEOGRAFIA,
CIÊNCIAS E ARTES

1999

PORTUGUÊS - 2 VOLUMES

MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS NA
PRÁTICA ESCOLAR

IDADE DO BRASIL - 2 VOLUMES

DIREITOS HUMANOS

ÍNDIOS NO BRASIL - 3 VOLUMES

2001

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

DEFICIÊNCIA VISUAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, Bloco L, sobreloja, sala 100 CEP 70047-900

Caixa Postal 9659 - CEP 70001-970 - Brasília, DF

Fax: (0xx61) 410.9158

e-mail: seed@seed.mec.gov.br

internet: <http://www.mec.gov.br/seed/tvescola>